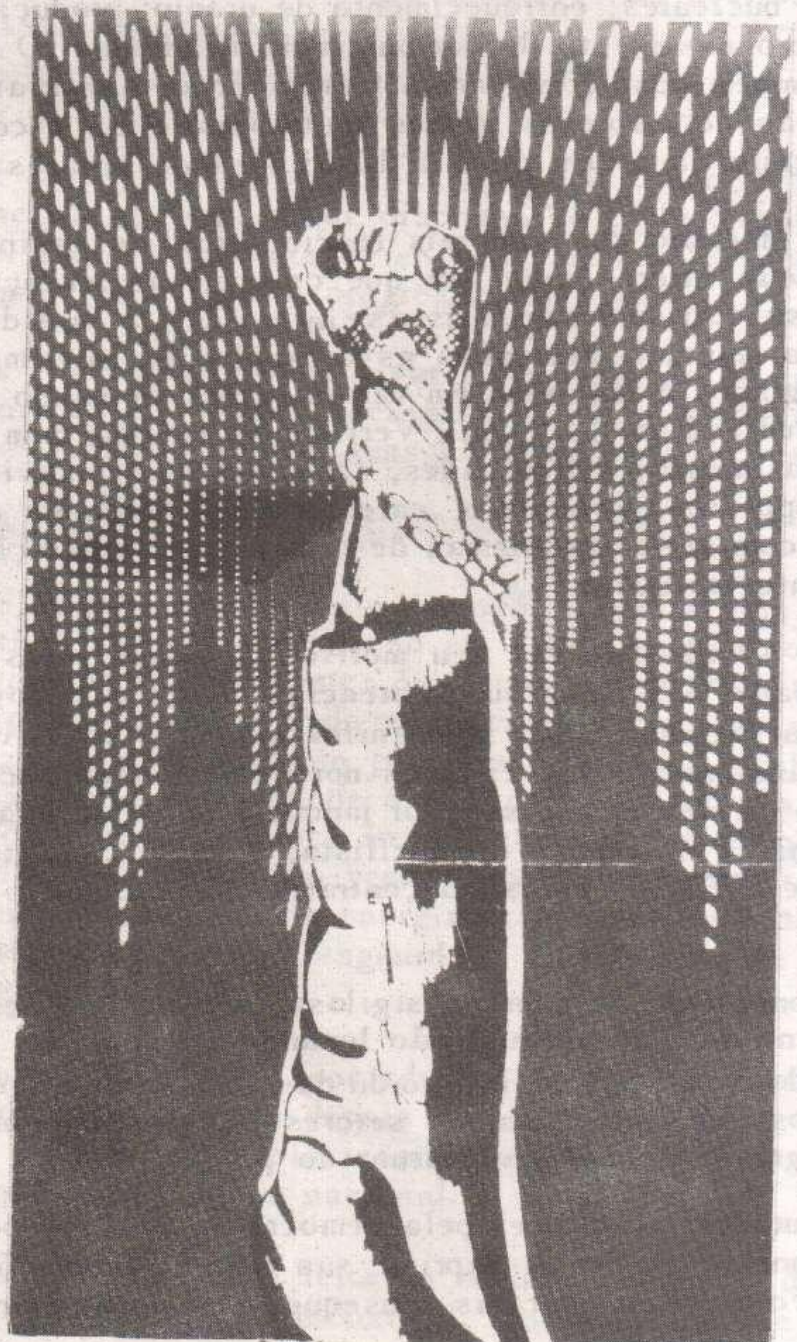
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 99 AGOSTO 1975 XI ANO

NESTE NÚMERO

O Acordo Nuclear É Contrário Aos Interesses Nacionais

1. Em fins de junho próximo passado, o governo brasileiro assinou um Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental. O Acordo abrange a prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos de urânio; produção de reatores nucleares e outras instalações nucleares; enriquecimento de urânio; produção de elementos combustíveis e reprocessamento de combustíveis irradiados. O empreendimento, que assegura também condições para a fabricação de armas atômicas, será realizado com a criação de empresas mistas teuto-brasileiras e contará com financiamento estrangeiro da ordem de 8 a 10 bilhões de dólares num prazo de 10–15 anos.

A decisão dos generais reacionários de assinar tal convênio ocorre numa situação internacional em que crescem as ameaças de guerra, se desenvolve furiosa corrida armamentista se intensifica a luta das superpotências pela hegemonia mundial, aumentam as contradições interimperialistas e quando regimes retrógrados e fascistas em várias partes do mundo tratam de esmagar os anseios revolucionários dos povos. Verifica-se também num período em que o país atravessa imensas dificuldades, cada vez mais endividado e dependente do capital monopolista estrangeiro, carente das liberdades democráticas mais elementares, com sérios problemas de transportes, habitação, saúde e outros a reclamar urgente solução.

O Acordo Nuclear deu motivo a controvérsias internacionais, em especial por parte das duas superpotências. Embora o governo estadunidense, segundo Helmut Schmidt, não se manifestasse tão incisivo na crítica às negociações germano-brasileiros, círculos norte-americanos chegaram a falar em "tragédia", tendo um desaforado senador ianque aludido ao Brasil como quintal dos Estados Unidos. Fingindo-se de pacifista, a União Soviética, através de uma nota da Agência Tass, expressou contrariedade e taxou o Acordo de "perigoso precedente".

Concertado de maneira sigilosa, sem que sequer fossem ouvidos os técnicos e cientistas brasileiros, não levando em conta os reais interesses da nação, o Acordo, sob ângulo distinto do das duas superpotências, vem suscitando debates e oposição de importantes setores da opinião pública nacional que o consideram grave atentado ao futuro do país.

Lutador infatigável pela democracia e a independência nacional, o Partido Comunista do Brasil exprime sua firme condenação ao ajuste nuclear e alerta o povo brasileiro para as consequências sumamente prejudiciais que acarretará.

2. A descoberta da energia nuclear é um grande avanço no campo da ciência e do progresso da Humanidade. Este progresso, no entanto, vem sendo entravado pelos imperialistas norte-americanos e pelos social-imperialistas soviéticos que tudo fazem para deter em suas mãos o monopólio das armas nucleares e do fornecimento dos materiais combustíveis necessários à produção de energia para fins pacíficos. Defendem cinicamente o ponto-de-vista de que só as duas superpotências devem ter armamento nuclear, o mais sofisticado, e que unicamente a elas cabe produzir o ciclo completo do combustível atômico. Dizem que, em seu poder, as armas nucleares não constituem perigo; no dos outros países, sim. Esta posição monopolista está relacionada com a política de hegemonia mundial que perseguem.

Os povos de todo o mundo, com plena razão, condenam o pretendido monopólio nuclear dos Estados Unidos e da União Soviética, inimigos da liberdade e da independência das nações. São eles os principais fautores de guerra, os maiores exploradores das massas laboriosas.

3. O Partido Comunista é favorável, em princípio, a que o Brasil desenvolva a produção de energia nuclear, a que disponha do ciclo completo do combustível atômico. Essa nova fonte de energia, em fase de contínuo aperfeiçoamento, tem grande valor para o progresso do país.

Mas o Acordo Nuclear com a Alemanha, embora favoreça a produção de energia atômica, afeta profundamente os interesses nacionais. Nenhum verdadeiro patriota pode concordar com seus termos e aceitar suas sinistras implicações.

Diversos são os motivos por que se deve rechaçá-lo:

a) Para assinar esse acordo, o governo rompeu o monopólio estatal dos minérios atômicos, indiscutível conquista da nação em defesa de sua soberania e de seu desenvolvimento independente. Assegurou ao imperialismo alemão o direito de participar amplamente da prospecção, extração e utilização do urânio, riqueza do país que não pode ser alienada, total ou parcialmente. A concessão feita corresponde a admitir a associação do capital estrangeiro na prospecção e exploração do petróleo – o chamado capital de risco – à qual o povo brasileiro vem-se opondo há muito tempo. O urânio, como o petróleo, é fonte de energia, matéria-prima básica para o progresso do Brasil que deve ser resguardada da cobiça e da rapina dos trustes internacionais.

b) A produção de energia nuclear far-se-á associada ao capital imperialista germânico, que já ocupa o segundo lugar, depois dos Estados Unidos, em investimentos no Brasil, ou seja, na exploração do nosso povo. Isto reforça a dependência e não a soberania nacional.

c) A implantação das usinas nucleares será feita na região centro-sul, destinada a fornecer energia à concentração industrial, fundamentalmente de

capitais estrangeiros, existente nessa região. Servirá, assim, ao modelo de desenvolvimento econômico dependente que tantos danos causam ao progresso efetivo da nação.

d) A adoção de tão vasto e caro projeto nuclear não se justifica num país que possui 150 milhões de quilovates em potencial hidroelétrico, em grande parte inaproveitado. Os imensos gastos com esse projeto far-se-ão em detrimento da maior captação dos recursos hidráulicos e da solução de prementes problemas do povo.

e) Marginaliza-se a tecnologia nacional no desenvolvimento da energia nuclear. O governo definiu-se pela técnica alemã à base do urânio enriquecido ainda não comprovada em escala industrial, sujeita portanto a todos os riscos. Todavia, existem várias técnicas e utilização de outros recursos que, inclusive, vêm sendo estudados no Brasil e poderiam corresponder melhor às necessidades nacionais. A formação de tecnologia brasileira, objetivo perfeitamente realizável, é condição indispensável à garantia de uma verdadeira independência.

f) Não foram levados devidamente em conta graves problemas de poluição térmica e radioativa. A montagem de seis usinas nucleares, próximas umas das outras, fato inédito em todo o mundo, poderá ocasionar tremendos danos à população das áreas circunvizinhas dessas usinas, em geral de forte densidade demográfica.

Deste modo, considerado sob os aspectos do desenvolvimento econômico independente, da salvaguarda das riquezas nacionais, da descentralização industrial e do progresso das diversas regiões, do melhor aproveitamento das disponibilidades financeiras, da formação de uma tecnologia brasileira e da defesa do meio ambiente – o Acordo Nuclear apresenta-se como altamente nocivo ao país.

O Brasil pode e deve ingressar no campo da exploração da energia nuclear sem se submeter à espoliação de poderosos grupos estrangeiros, apoiando-se em suas próprias forças, incentivando os técnicos nacionais, distribuindo seus recursos racionalmente de maneira que não seja dado um peso excessivo a determinado setor energético em prejuízo de outros mais acessíveis e menos onerosos.

4. Há, porém, implicações mais graves no Acordo Nuclear.

A ditadura procura justificá-lo alegando que "o recurso ao potencial hidroelétrico está ameaçado de esgotamento na região sul", urgindo encontrar novas formas de energia para manter "o crescimento da capacidade elétrica instalada em torno de 10% anuais". A alegação da necessidade econômica, ainda que pudesse existir, não é o centro das preocupações governamentais. O motivo principal é político e extremamente reacionário, conquanto os militares ten-

tem escondê-lo com subterfúgios. Aparece na declaração do comandante do I Exército, general Reinaldo Almeida, ao sublinhar que "o acordo é passo decisivo para que o Brasil se afirme em termos de soberania". E na do coronel Santacruz Abreu, subchefe da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, ao dizer que o assunto é "de segurança e desenvolvimento", havendo "interesse em termos de soberania e em termos econômicos".

O que se pretende, fundamentalmente, com tão dispendioso e impatriótico projeto é reunir condições que permitam a fabricação da bomba atômica. A isto precisamente os militares denominam "afirmação de soberania". Eles estão ansiosos de poder, de força, de modernização dos armamentos, da posse da bomba atômica como elemento de prestígio, mesmo sacrificando o presente e o futuro do Brasil.

Soberania não se afirma com a arma nuclear. Afiança-se essencialmente pela unidade da nação, baseada num regime democrático e progressista capaz de impulsionar seu avanço, sua cultura e realizar seus anseios de verdadeira independência. Assegura-se com a denúncia de numerosos acordos e tratados lesivos ao país subscritos por governos entreguistas, como o acordo atômico firmado em 1972 entre o Brasil e os Estados Unidos que lhes permite controlar e fiscalizar o desenvolvimento nuclear brasileiro. Garante-se com a existência de um Poder emanado da vontade da maioria. Jamais com ditaduras retrógradas, sob a tutela de militares fascistas.

A bomba atômica em mãos dos generais brasileiros nada tem a ver com os interesses da Pátria.

- Será manejada como instrumento de influência e força no plano mundial a serviço da reação interna e externa;
- Voltar-se-á contra os povos do Continente, servindo de respaldo ao expansionismo das classes dominantes e de fator de pressão e intimidação contra o movimento democrático e revolucionário na América do Sul;
- Reforçará o militarismo fascista que há muitos anos oprime a nação.

Por isso os objetivos armamentistas da ditadura, que se configuram no Acordo Nuclear, devem ser repudiados energicamente. O que o Brasil necessita na atualidade não é de engenhos atômicos, de prestígio associado à arma nuclear, mas de liberdade, de defesa da indústria e das riquezas nacionais, de medidas eficazes para superar as dificuldades que afligem a vida do povo, de uma política externa de amizade e respeito mútuo com todas as nações.

5. O pesadíssimo ônus da execução do mirabolante projeto contido no Acordo Nuclear, de interesse do imperialismo alemão e das forças internas mais reacionárias, recairá sobre os ombros do povo. Agravará, sem dúvida, os angustiantes problemas que o Brasil enfrenta.

Impõe-se a realização de uma ampla campanha visando a esclarecer os ter-

mos altamente negativos do Acordo Nuclear, em seus mais variados aspectos. O esclarecimento da opinião pública ajudará a mobilizar as massas populares para desmascarar a ditadura e condenar um ajuste feito à revelia da nação, contra os seus interesses fundamentais.

O Acordo Nuclear é um crime contra o povo e a Pátria!

Julho de 1975
O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ABAIXO A DITADURA MILITAR-FASCISTA!

Por uma Constituinte livremente eleita!

Pela abolição de todos os atos e leis de exceção!

Por anistia geral!

Orgia Entreguista dos Generais Vende-Pátria

A situação econômico-financeira do país desenvolve-se em quadro crítico. No curso deste ano, o déficit da balança comercial é previsto para US$ 3 bilhões; a conta de serviços chegará a US$ 3,56 bilhões; a amortização da dívida elevar-se-à a US$ 1,8 bilhões. Ao todo são US$7,36 bilhões. Esta cifra possivelmente será ultrapassada pois se baseia em expectativa altamente otimista de desempenho da balança comercial. Segundo a lógica do regime, só há um meio para satisfazer tais compromissos – recorrer ao capital estrangeiro, sobretudo levantando novos empréstimos, aumentando a dívida externa que já passa de 20 bilhões de dólares.

Premidos por esta situação calamitosa, os prepostos da ditadura precipitam-se a mendigar investimentos de seus amos imperialistas, portando-se como agentes de uma empresa em estado de insolvência, submissos, servis, bajuladores, capazes de vender até a alma para conseguir o dinheiro de que necessitam. Foi o que se viu em recentes e custosos Seminários montados no exterior por representantes dos trustes e da ditadura. Os homens do regime, com o objetivo de atrair capital alienígena, especularam com o salário depreciado dos brasileiros, com o controle fascista que paira sobre o povo, com as garantias governamentais ao capital de fora e até com a entrega de partes do território nacional. Em desespero de causa, traficaram com a soberania da nação e com a força de trabalho dos brasileiros. Apresentaram tudo a preços de liquidação.

O "Seminário Internacional de Investimentos no Brasil" realizado em Salzburgo, Austria, e o Seminário "Investir no Brasil", montado em Paris, França, foram promovidos a pedido da ditadura por grandes empresas imperialistas. De tal sorte o país se transformou em centro da atividade espoliadora dos monopólios e de tal maneira a ditadura interpreta fielmente seus interesses que poderosos grupos financeiros do exterior empenharam-se ostensivamente em apoiar as razões do regime ditatorial brasileiro. O próprio ministro das Finanças, Roberto Simonsen, referiu-se à identidade de objetivos existente entre o governo militar e os investidores internacionais, todos interessados em resolver o problema da vinda de capitais.

A iniciativa formal da realização do Seminário de Salzburgo foi da ANFAVEA, associação que reune os representantes das empresas estrangeiras fabricantes de veículos no Brasil. Trinta bancos americanos, europeus e japoneses colaboraram com o encontro e aconselharam aos seus clientes participar do mesmo. Cerca de mil investidores estiveram presentes. A delegação brasileira contava mais de tresentas pessoas, entre técnicos governamentais e empresários. Para orquestrar a cena e garantir oficialmente as vantagens excepcionais do negócio

que se expunha – investir no Brasil – apresentaram-se em Salzburgo nada menos que seis altas autoridades do setor econômico do governo – os ministros da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central e o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio.

O espetáculo foi montado de maneira a não deixar dúvidas sobre as imensas vantagens que o Brasil oferece ao capital imperialista. Para tanto, revezaram-se na tribuna porta-vozes de grandes monopólios que operam no Brasil, testemunhando o quanto é vantajoso investir neste país, onde o dinheiro rende abundantemente e corre riscos diminutos. Neste sentido soaram candentes depoimentos de representantes categorizados da Volkswagen, da Mercedes Benz, da Fiat, da Nestlé, do Chase Manhattan Bank, do Bank of América, do Saint-Gobain, entre outros. Um deles, o porta-voz da Sculer, terminou por gritar, empolgado, que "Deus é brasileiro".

Todas as perguntas e questões duvidosas levantadas foram esclarecidas pelos pressurosos agentes da ditadura. Quando uma indagação foi feita sobre o que significava essa história de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para as multinacionais, em andamento no Congresso Nacional, rapidamente se exibiu o próprio relator da dita CPI, o conhecido entreguista Herbert Levy, o qual passou a cumprir o papel que lhe fora atribuído – o de esclarecer o problema, dirimir dúvidas, dizer que aquilo era um episódio político de alcance limitado, que não havia razões para desconfianças da parte das multinacionais, etc. Não precisou esforçar-se muito a fim de demonstrar seu ponto de vista. Todos acreditaram nele.

A Brown-Boveri, empresa denunciada na CPI como sabotadora da indústria de material elétrico nacional, através de seu representante, teve o despolante de achar que poderiam ser maiores as conveniências oferecidas pelo governo brasileiro ao capital estrangeiro. Criticou "certa discriminação contra empresas de capital estrangeiro majoritário no mercado financeiro do país". Reclamou que os bancos davam "certa" preferência às empresas nacionais ou as que contavam com parcelas de capital nacional, o que, no seu discernimento, não tinha sentido. Insistiu também na necessidade de "medidas para permitir a transferência de tecnologia, a baixos impostos", sem o que uma empresa como a sua poderia ser prejudicada. Tamanha petulância da parte de uma firma imperialista de apetite incontrolável não conseguiu ferir o sentimento nacionalista de nenhum dos presentes, pois que, justamente, este sentimento lá não existia. Despudoradamente as autoridades governamentais passaram a defender-se, a dar explicações, a mostrar que não era bem assim. O ministro Reis Veloso explicou que "no Brasil há um relacionamento informal entre governo e empresários o que possibilita a definição de cada caso isoladamente". Anunciou que não havia normas gerais, como, por exemplo, taxa de imposto única para todos. Cada caso deve ser analisado especificamente a fim de se chegar a determinar a tributação. O representante da Saint-Gobain materializou a idéia dizendo que,no Brasil, era conveniente disporem as firmas estrangeiras de "especialistas" para relações com o governo. Justamente com o propósito de conseguirem acordos específicos mais vantajosos.

Um dos pontos mais escabrosos da encenação de Salzburgo foi cumprido por Reis Veloso, ao dissertar, com cinismo e solenidade, sobre o chamariz de maior atração que o negócio de investir no Brasil oferece aos imperialistas: "a abundante mão-de-obra barata", garantidora das elevadas taxas de lucro. Outro momento repugnante foi quando o ministro da Agricultura, Paulinelli, respondeu a um empresário que o inquiriu acerca da percentagem de 25% estipulada pela legislação brasileira como limite máximo para a venda das terras de um município a pessoas ou firmas estrangeiras. O empresário, refletindo o clima de desfaçatez com que se comportaram aqueles lobos monopolistas ante os chacais entreguistas, achava pouco que um estrangeiro pudesse adquirir somente 1/4 do território de cada município brasileiro. E Paulinelli, todo sorrisos e desculpas, explicou como era fácil burlar a lei e aumentar a percentualidade para o dobro ou mais, bastando que o "estrangeiro adquirisse terras na divisa entre dois municípios".

Na mesma linha do Seminário de Salzburgo foi também o de Paris, realizado pouco antes, com participação mais restrita, sob os auspícios do ministro do Comércio Exterior da França e onde pontificaram, em nome do governo de Geisel, o ministro da Fazenda, Simonsen, e o embaixador na França, Delfim Neto, além de outros. Neste seminário, Simonsen tratou de mostrar as vantagens que o capital estrangeiro desfruta no Brasil por conta do arrocho salarial, do controle fascista sobre o movimento operário, etc., usando, evidentemente, palavrório camuflado. Em Paris, como depois em Salzburgo, os representantes do imperialismo sentiram-se inteiramente à vontade para fazer as mais insolentes perguntas e críticas, sempre respondidas com amabilidade e decidido espírito impatriótico pelos figurões do governo militar.

Um magnata francês criticou duas coisas: o limite de 12% para remessa de lucros e a maior facilidade que tinham os empresários nacionais em levantar empréstimos no país, comparativamente aos estrangeiros. Simonsen, pedante e serviçal, explicou que os 12% não eram assim tão pouco, "primeiro porque, em se tratando de um percentual líquido, após a dedução do Imposto de Renda, passa a ser efetivamente 16%; segundo, porque incide sobre o capital inicial acrescido dos reinvestimentos". Ou seja, com um bom acordo específico, os 12% vão facilmente a quanto se quiser. O ministro da Fazenda informou ainda, a propósito da segunda crítica, que os bancos comerciais realmente faziam certa discção entre empresas nacionais e estrangeiras. Mas que tal não sucedia com os 'empréstimos dos fundos de incentivos fiscais que podem ser usados, sem restrição, pelas empresas estrangeiras'. A outra dúvida levantada, Simonsen esclareceu não existir qualquer intenção do governo em tocar nas multinacionais que operam na área farmacêutica, as quais dominam 93% do mercado. Fez a declaração estarrecedora de que "tocar nesse setor seria o mesmo que aumentar a nossa taxa de mortalidade", o que equivale a dizer que as multinacionais condicionam o indice de mortalidade no Brasil, afirmação dolorosamente verdadeira.

Os Seminários do Salzburgo e de Paris retratam vivamente a situação em que se encontra o país em decorrência do entreguismo da ditadura militar. O Brasil é alvo da pilhagem de grupos imperialistas que para cá vem dilapidar as riquezas naturais e acumular fantásticos lucros explorando a força de trabalho de-

preciada dos brasileiros. É objeto de transações por parte de um governo de traição nacional que expõe à preferência dos magnatas do capital até seu próprio território, na proporção de 25% dos municípios, podendo ser mais, dependendo dos ardis e dos acordos...

A forma como o regime fascista negociou naqueles Seminários a soberania do país demonstra que a sanha entreguista não tem limites, que não guarda qualquer vestígio de sentimento patriótico nem se reveste de nenhum preceito moderador de uma possível ética governamental.

Os verdadeiros patriotas e democratas repugnam a orgia entreguista dos generais vende-pátria. A multiplicação de denúncias e de protestos diante de acontecimentos como os de Salzburgo e de Paris servem para salientar o caráter de traição do regime que vigora no país, ajuda a ampliar e fortalecer a frente democrática contra a ditadura fascista.

Crescem os Conflitos no Campo

Por vários recantos do campo brasileiro alastra-se a resistência das massas camponesas e das tribos indígenas remanescentes contra o esbulho de que são vítimas por parte de grileiros e de grandes empresas agropecuárias que procuram estender seus domínios territoriais sem nenhuma limitação e sem nada respeitar. Estouram conflitos entre os lavradores, na maioria posseiros, de um lado, e os capangas dos latifundiários, de outro; entre os índios e os invasores de suas terras; enfim, entre as massas empobrecidas e abandonadas do interior e os prepostos do governo. Em quase todos os lugares, sucedem-se os choques pelas tentativas dos latifundiários de expulsar os camponeses e os índios das terras que ocupam desde muito. A origem das disputas é antiga, mas apresenta-se com novo aspecto, mais grave. É que a ditadura dos generais insiste em levar adiante sua política anticamponesa, de favorecimento dos latifundiários e dos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros. Em face da acentuação das contradições sociais no campo as forças democráticas e antiimperialistas têm o dever de mobilizar-se em apoio dos perseguidos, levantar a bandeira da reforma agrária radical e intensificar a luta pela derrubada do regime militar.

Os conflitos ocorrem sobretudo na Amazônia, onde até recentemente existia um imenso fundo de terras públicas capaz de absorver milhões de camponeses, os quais poderiam, se estivessem livres de coação e fossem devidamente ajudados por um governo popular, não apenas sobreviver como agora, mas impulsionar em todos os sentidos o progresso do país. No entanto, a ditadura dos generais, sob o pretexto de 'integrar' a região, abandonou até mesmo os demagógicos planos de colonização que anunciara, substituindo-os pela instalação efetiva de enormes companhias agropecuárias. Com esta finalidade, trata de 'incorporar' o mais rapidamente possível os índios à chamada civilização brasileira, isto é, de exterminá-los. Procura também, a curto prazo, converter a população camponesa em novos marginalizados dos grandes centros urbanos, sem direito de qualquer espécie. Resultado: tanto os indígenas e os seringueiros que viviam na Amazônia há muitos anos como os migrantes que ali se estabeleceram nestas duas últimas décadas, empenhando-se em desbravar, plantar, construir um lar, estão sendo expulsos através dos mais diversos tipos de pressão, principalmente a armada.

De maneira quase idêntica à que tem sido feita para liquidar os índios, a forma empregada para desalojar os posseiros e outras categorias de camponeses reveste-se em geral de uma extrema brutalidade. Para isto, os latifundiários e as empresas agropecuárias recebem, além de incentivos fiscais e creditícios dos governantes, firme apoio da polícia e do Exército. O surgimento da figura do grileiro não é fortuita. Representa o latifundiário típico dos períodos em

que a terra se valoriza desmedidamente e a especulação campeia. Ele age manco-munado com os cartórios de títulos, com o aparelho de repressão do Estado, com a justiça. Justiça, consegue forjar falsas escrituras e se apoderar de terras alheias. Quem conhece a realidade brasileira sabe que a atividade criminosa dos grileiros sempre prevaleceu contra os interesses da massa camponesa de-sorganizada e desprotegida. A ditadura militar, que exibe tanta força e se mostra tão prepotente ao repremir a menor reclamação da gente pobre das cidades e do campo, finge-se impossibilitada de coibir a ação desses usurpadores e de seus agentes. Foi o que deu a entender o presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, na exposição que fez, em abril próximo passado, à Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Disse ele que na Amazônia, "um dos maiores problemas que enfrenta é a grilagem organizada" sem que a Polícia Federal tenha adotado sequer as medidas cabíveis para proteger os funcionários da autarquia dos ataques dos "jagunços". O deputado do MDB, Jerônimo Santana formulou denúncias parecidas. Em junho último, Vieira da Silva voltou a declarar que "os empresários estão se valendo de qualquer coisa para atingir seus objetivos". Esclareceu que umas 10 mil famílias de seringueiros do Acre não têm condições de permanecer no Estado porque os latifundiários não os aceitam de forma alguma. E se confessa sem força para impôr o Estatuto da Terra o qual atribui um minimo de 100 hectares a cada família. Para tornar mais difícil a situação, as autoridades financeiras suspenderam a vigência da Circular nº 234, do Banco Central, que condicionava o financiamento da compra de terras à prévia aprovação do INCRA. Em consequência, afirmou Vieira da Silva, os empresários terão mais dinheiro nas mãos e "os elementos que estão envolvidos em processos ilegais de posse de terras ver-se-ão fortalecidos". Tanto isto é verdade que o jornal acreano "Rio Branco" expressou em manchetes a euforia dos latifundiários pela suspensão da referida circular. Viram na providência do governo de Geisel novo estímulo a seus apetites insaciáveis. Desse modo, o Acre se transforma numa vasta fazenda de criação de gado. Nela, velhos e novos seringueiros e posseiros mão têm lugar. Dezenas de milhares deles estão procurando as terras fronteiriças da Bolívia, à semelhança do que já vinham fazendo seus irmãos do sudueste do Paraná e de Mato Grosso, que, em contingentes de centenas de milhares, se transferiram para o Paraguai.

O fenômeno da expulsão maciça de famílias camponesas manifesta-se no sul do Pará – São João do Araguaia, Marabá, São Domingos do Capim e outros municípios. Elas haviam acorrido para esses lugares desde o inicio da década de 60, atraídas pela abertura da Belém - Brasília, pela formação de novas frentes pioneiras de expansão e por promessas de concessão de terras feitas pelos governantes de antes e de depois de 1964. Mas agora é a vez das poderosas empresas que vão convertendo progressivamente o solo das florestas em pastagens e enxotando inexoravelmente os lavradores. Têm sido inúteis os apelos para que o INCRA e a Justiça lhes dêem garantias. Só em Vila Rondon, mais de 2 mil famílias acham-se sob a ameaça de expulsão.

Também no Maranhão, na zona lindeira com a Amazônia – no Alto Turi, no Pindaré e em outras áreas – as companhias agropecuárias estão açambarcando todas as glebas, numa "reforma agrária às avessas", segundo a expressão de um político do MDB. Quer dizer, os planos da SUDENE, pretendendo instala

milhares de familias oriundas do Nordeste em núcleos de colonização, foram abandonados. O governo do Estado promove atualmente um ambicioso projeto tendo em vista colonizar a pré-Amazônia Maranhense, através da COMARCO.

Maior absurdo sucedeu no município de Cáceres centro-oeste de Mato-Grosso. Aí foram presos 26 posseiros e denunciados 76 outros por decisão do juiz da Comarca, que na demanda deu ganho de causa ao fazendeiro que se diz dono dos 20 mil alqueires onde labutavam aqueles trabalhadores. Após verem suas casas queimadas pelos capangas e sofrerem toda a sorte de perseguições, os posseiros tiveram suas esperanças mais uma vez frustadas pela justiça a serviço dos terratenentes.

Mas não é so na Amazônia que os camponeses se vêem compelidos a deixar suas terras e moradias. No Nordeste, em Minas Gerais, no sudoeste do Paraná, em São Paulo e outros Estados, a cobiça dos latifundiários, ao invés de ser contida, é excitada. Haja vista o exemplo da Bahia, possuidora de extensas áreas de terras devolutas. Apesar disso, o governo não facilita sua ocupação por centenas de milhares de familias sem terra. Ao contrário, torna-se cúmplice da grilagem que atua abertamente. Por isso, mais de 400 mil posseiros, que há muitos anos reclamam a legalização de suas glebas, correm o risco de se ver despojados de uma hora para outra. É que os grileiros, aproveitando-se dos incentivos para a chamada instalação de "polos agropecuários de desenvolvimento", como os da Amazônia, querem apoderar-se das áreas ocupadas pelos posseiros. Por exemplo, no município de Paripiranga,, estes vão sendo expulsos "legalmente", isto é, com a conivência da justiça, do prefeito e do delegado de polícia. Em Andaraí, os capangas incendiaram casas, destruiram roças e utilizaram outros meios violentos para expulsar antigos lavradores dos lugares em que viviam e trabalhavam. No distrito de Piranhas, até o cemitério local foi cercado com arame farpado para nele se plantar capim. Em outro municipio do Vale de São Francisco, Barra, a Polícia Militar, autorizada pelo juiz, determinou a retirada de 244 pessoas da fazenda Pixaim.

Por esse quadro resumido não custa perceber a origem das violências, das tensões e dos conflitos no campo, as causas que os engendram. Fica evidente que o problema agrário e a questão camponesa, em vez de serem solucionados de acordo com os interesses da imensa maioria desprovida de terra e de direitos, da democracia e do progresso nacional, se viram protelados, agravados. A ditadura militar, com o intuito de proteger a minoria de latifundiários, executa uma política de adaptação da velha estrutura agrária, estimulando o avanço de empresas capitalistas e imperialistas no campo, levando à ruína e ao empobrecimento inclusive camadas e setores de camponeses antes realtivamente acomodados. O jogo dos grandes proprietários vai-se fazendo cada vez mais intoleravel. A concentração das terras em suas mãos aumenta, ao passo que diminui o peso específico das pequenas e médias propriedades. Basta verificar que no ano de 1970, na Amazônia, menos de 1% dos proprietários possuía quase 50% da área ocupada. Atualmente, esta expansão é maior. Apesar disto, os latifundiários pretendem mais. Um dos seus porta-vozes, o deputado Hélio Ramos, da ARENA de Roraima, classificou de "minifúndios" os limites de 2.000 e 3.000 hectares que o governo fixara, por decreto-lei, para serem concedidos nas faixas próximas às estradas e às fronteiras. Sabe-se, contudo, que esses limites nun-

ca foram obedecidos. A fim de satisfazer as pretensões desses senhores a ditadura militar está disposta a tudo. A exigência de que o Conselho de Segurança Nacional seja ouvido no caso de concessões maiores a grupos nacionais ou estrangeiros consiste em pura formalidade serve apenas para legalizar o assalto dos tubarões ao fundo agrário nacional.

Por seu turno, os camponeses começam a perceber que devem parar de emigrar, de cumprir o triste fadário de carregar de um lado para o outro a mulher, os filhos e os trens em busca de um pedaço de chão onde sobreviver ou enterrar os ossos. Já não têm mais para onde ir. Seus sonhos, suas ilusões se desvanecem. A terra grátis só a vêem entranhada nas unhas. E a gleba barata e fértil se converteu em miragem. Seu drama, sua miséria, seu desespero nunca foram tão pungentes. Por isso, as ações de resistência avolumam-se, tendem a generalizar-se. A princípio, eles formulam apelos ou criam comissões para entender-se com as autoridades e denunciar as manobras dos grileiros. Vez por outra recorrem a advogados ou deputados para que sejam intermediários em seus litígios, mas pouco têm conseguido. É que seus problemas não podem ter soluções parciais e sim gerais, dependem muito mais de união, de força, do que de conversa, de retórica. Passam então a organizar-se solidamente e manifestam decisão de enfrentar sem receio os grileiros, seus capangas e a polícia. Muitos já se deram conta de que nada podem esperar da justiça e do governo, instituições encarregadas de proteger os interesses das classes dominantes. Alguns recordam que o sinônimo de "justiça do Acre" era o rifle 44.

Nos últimos anos, realizaram-se vários confrontos. No sudoeste do Paraná; em Pontes e Lacerda, Mato Grosso; em São Domingos do Capim, Pará; em Pau Ferrado , Maranhão. Em abril de 1972, moradores do sul do Pará, entre S. João do Araguaia e Xambioá, ergueram-se em armas contra o Exército — capanga-mor dos latifundiários — e formaram destacamentos guerrilheiros que persistem em sua luta apesar da ferocidade da repressão que sobre eles se abateu. Agora os conflitos espalham-se por novas áreas do sul do Pará, que se transformam em região conflagrada. Houve choques sangrentos em Santana do Araguaia, Imperatriz, Vila Rondon e outros lugares. Cedo ou tarde chegará aos ouvidos dos camponeses e despertará sua consciência o heróico exemplo dos guerrilheiros do Araguaia, que não só defendem seus legítimos direitos como também proclamam a necessidade de conquistar a liberdade e o progresso para todos os brasileiros perseguidos, a esmagadora maioria da nação.

As notícias dessas violências, conflitos e choques armados repercutem nas cidades determinando a tomada de posição de forças populares e setores sociais progressistas que compreendem a extraordinária significação do movimento camponês. Resolvem apoiá-lo concretamente e levantar com mais força a bandeira da reforma agrária e da unidade objetivando a derrubada da ditadura dos generais fascistas. Os comunistas têm a responsabilidade de contribuir por todos os meios a seu alcance para ampliar e aprofundar as ações dos camponeses em defesa de seus direitos e da terra, dar maior consistência organizativa a essas ações e orientá-las no sentido de se transformarem em parte integrante da grandiosa luta pela democracia e pela independência do país.

Mas, ao invés de atender à situação dos antigos colonos da região, colabora na realidade para arrancá-los de lá.

Melhorar e Ativar a Agitação e Propaganda

Há mais de uma década a ditadura militar fascista procura afogar os anseios de liberdade, independência, cultura e bem-estar do povo brasileiro. Não obstante, a oposição ao regime e à política dos generais cresce dia a dia. Em nenhum momento as massas trabalhadoras e populares, as forças progressistas e democráticas, cessaram de resistir e de pugnar por seus direitos, pela democracia. Camponeses entram em choque com latifundiários e seus capangas. Operários demonstram inconformismo com os baixos salários e a exploração patronal desenfreada. Donas-de-casa reclamam contra a elevação incontrolável do custo de vida. Usuários dos trens da Central do Brasil, no Rio, amotinam-se face ao péssimo estado dos transportes coletivos. Estudantes denunciam a situação de descalabro do ensino. Intelectuais solicitam o fim da censura. Profissionais liberais, líderes religiosos e as famílias dos atingidos pela repressão exigem respeito aos direitos humanos, clamam para que os quartéis deixem de ser câmaras de tortura e assassinato de patriotas. Enfim, amplos setores sociais e políticos se coligam em defesa da liberdade, pela revogação dos atos e leis de exceção, por anistia geral, em prol de uma Constituinte livremente eleita.

Enquanto isso, aumentam as dificuldades econômicas e financeiras do regime militar, assumem proporções escandalosas o entreguismo e a corrupção, chegam a tal ponto a desmoralização e o isolamento dos governantes que a crise política está sempre presente, prestes a explodir.

Existem, por conseguinte, condições objetivas favoráveis às ações políticas de massas, à ampliação e à radicalização da oposição democrática à ditadura. Por que motivo então, amplas camadas do povo, ainda não participam mais ativamente da luta antifascista? Por que seu grau de mobilização continua limitado?

É inegável que isto se deve principalmente ao fato de estar o movimento popular contido pelos métodos terroristas de repressão do regime militar. Esta conta com as Forças Armadas e vastos recursos em dinheiro, utiliza uma enorme máquina de propaganda, mente, corrompe, tenta enganar e ainda por cima se apóia em alguns elementos vendidos e pelegos. Tudo isto é certo, indiscutível. Mas aqui desejamos abordar duas debilidades que impedem o referido movimento de atingir o grau de amplitude e força capaz de levá-lo ao triunfo. A primeira dessas debilidades diz respeito à existência no seio do próprio movimento democrático e antiimperialista de concepções falsas que o conduzem à conciliação ou ao sectarismo. A outra refere-se ao fato de que a vanguarda revolucionária, marxista-leninista, ainda não encontrou formas e métodos ade-

quados para acercar-se das massas, seja através de uma agitação e propaganda viva e convincente, seja através de meios de mobilização eficazes, poderosos.

Por ora pretendemos ressaltar o significado do trabalho de agitação e propaganda indispensável para impulsionar essa mobilização e elevar o nível de consciência das massas em favor da democracia, da revolução. Consideramos da maior importância que os comunistas decupliquem esforços no sentido de desenvolver esse trabalho, descobrir formas e métodos apropriados a levantar a indignação das massas contra a ditadura militar, esclarecê-las sobre a necessidade da ação unida, combater as idéias errôneas que são difundidas entre as forças populares e defender as idéias corretas.

Alguns Métodos de Atuação

Sob as condições do fascismo é indispensável aprender a combinar a agitação e propaganda nos planos do trabalho legal, do semilegal e do clandestino. O método legal é ainda o mais capaz deiatingir amplas massas. Não por acaso a ditadura controla rigidamente os jornais, o rádio, a televisão, o cinema, o teatro e outros meios e orgãos de comunicação. Desse modo, o que a agitação e propaganda legal ganha em amplitude, dentro do permitido, perde em profundidade, isto é, as coisas não podem ser ditas como realmente são. No entanto, a experiência mostra que esse tipo de agitação e propaganda é útil, e pode ser empregado com mais audácia e tino pelas forças da oposição popular. Já se tornou pacífico que é de extrema importância aproveitar as menores brechas existentes no sistema em vigor a fim de esclarecer o povo e despertá-lo para a ação. O contrário, seria dar provas de estreiteza e sectarismo.

Outro método provado de agitação e propaganda é o semilegal. Como o nome indica, é o que recorre a meios admitidos formalmente pelo regime e através dos quais se pode difundir palavras-de-ordem e idéias sem expor seus autores à vigilância ou à repressão policial-militar. Esse método depende muito do momento e do lugar em que a agitação e propaganda se faz. Reclama sensibilidade e audácia dos executantes. Em geral, dispensa aparelhos clandestinos e não compromete muita gente. Haja vista o uso da afixação nos muros e paredes de certos recortes de jornais legais com notícias de interesse, palavras-de-ordem simples e vivas escritas nos quadros de aviso de uma fábrica, de uma escola, etc. Também é bom lembrar o método de agitação aberta, mas ilegal, como em 1968. Nessa oportunidade, aproveitando o ascenso do movimento de massas, os comunistas inscreviam, nos mais diferentes lugares, palavras-de-ordem proibidas, tais como: "Abaixo a Ditadura!", "Fora o Imperialismo ianque!" e outras.

Já o método clandestino de agitação e propaganda, se bem que restrito, de alcance limitado e sujeito à fúria repressiva da ditadura militar é imprescindível nas atuais circunstâncias. O que ele perde em amplitude, ganha em profundidade, pois pode dizer toda a verdade às massas, sem limitações da censura e apenas condicionado pela capacidade e pelos recursos das organizações ilegais. Portanto, estas precisam cuidar seriamente de seu trabalho clandestino

de agitação e propaganda, não só para evitar os golpes do inimigo como também para que os sacrifícios sejam compensados.

Todos esses modos de realizar a agitação e propaganda– o legal, o semilegal e o clandestino – se complementam e se ligam intimamente. Por outro lado, impõem que os militantes e as organizações partidárias saibam manejá-los com maestria e planificadamente.

O Sentido da Agitação e Propaganda

A este respeito, os ensinamentos de Lênin, em "QUE FAZER?", conservam enorme atualidade. Em seu famoso livro, o grande mestre revolucionário esclareceu que a agitação objetiva "inculcar uma só ideia ou um pequeno número de ideias a um grande número de pessoas". Através dela, os comunistas procuram despertar e mobilizar amplas massas em torno de temas simples e de palavras-de-ordem sentidas. Utilizando a agitação oral ou escrita, o importante é apanhar um fato ou alguns fatos a fim de que as massas de uma fábrica, de um bairro, de uma fazenda ou aldeia sejam arrancadas de sua apatia e compreendam a necessidade de agir. Lênin ressaltava o papel da campanha de denúncias "em cima dos fatos" para elevar a consciência dos trabalhadores, em especial da classe operária. Exemplificando: é inegável que a denúncia das torturas e dos assassinatos de patriotas, assim como das arbitrariedades dos esbirros da ditadura contra todos os cidadãos ou a campanha contra a carestia e o arrocho salarial encontram vasta audiência, comovem a opinião pública e provocam protestos cada vez mais ressoantes.

Quanto a propaganda, Lênin ensinou que ela visa a "inculcar muitas idéias a uma só pessoa ou a um número pequeno de pessoas". Por conseguinte, preocupa-se com a análise dos fatos, com a argumentação sólida, com a profundidade dos esclarecimentos. Os propagandistas do Partido, ao tratar por exemplo, da política salarial da ditadura, devem mostrar as raízes de classe, econômicas e políticas, da referida orientação, a quem serve efetivamente, porque os operários não concordam com ela, quais as formas de luta a empregar, etc. Outro tanto deve ser feito em face dos temas políticos da atualidade, como o da chamada distensão política. Também a linha do Partido e o caminho da guerra popular devem ser bem fundamentados pelo trabalho de propaganda. Exige igualmente bons conhecimentos e argumentação segura a propaganda das idéias do socialismo. Com base nas concepções marxistas-leninistas e tomando como modelos a China Popular e a Albânia, os comunistas precisam demonstrar a justeza da causa pela qual lutam, combater e desmascarar sem vacilação o revisionismo contemporâneo, denunciar a traição da camarilha dirigente da União Soviética e a transformação deste país em potência social-imperialista.

Em relação à luta teórica, Lênin, apoiando-se nos ensinamentos de Engels, que a colocavam ao lado da luta econômica e da luta política, sempre lhe atribuiu enorme importância. Insistiu em que sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário. A teoria ilumina o caminho da prática, amplia

os horizontes das forças de vanguarda, fornece as armas espirituais para que as massas exploradas e oprimidas conquistem sua emancipação, sob a direcção do proletariado e de seu Partido. Os comunistas brasileiros devem dar o devido valor ao trabalho de elaboração teórica a fim de esclarecer os problemas da revolução no país, combater as idéias hostis e defender a pureza da doutrina marxista-leninista.

Formas Simples e Acessíveis

Os problemas da agitação e propaganda e as tarefas nesse terreno tornam-se sem dúvida, cada vez mais complexos, exgindo a multiplicação das iniciativas dos comunistas, um trabalho sistemático, cuidadoso, planejado, e ao mesmo tempo, criativo e audacioso. Nosso Partido tem uma rica tradição nessa atividade. Seus militantes sempre demonstraram muita inventividade e souberam superar as dificuldades e falta de recursos apelando para novas formas de comunicação com as massas, segundo a situação concreta. Após a reorganização do PC do Brasil e nos tenebrosos dias em que reina a ditadura militar, temos motivos de sobra para corresponder ao que de nós esperam as grandes massas trabalhadoras. Jamais, como nestes anos, a orientação do Partido e suas palavras-de-ordem se revelaram tão justas, tão fielmente interpretaram os interesses do povo brasileiro. Todas as previsões políticas de nosso partido têm-se confirmado. Agora mesmo, a Mensagem aos Brasileiros na qual o Comitê Central do Partido analisa o processo politico em curso e indica a solução para o impasse em que vive o país como consequência da obstinação dos militares no Poder, viu-se mais uma vez confirmado pela vida. Foi o que mostrou o último pronunciamento de Geisel, no qual desfaz novamente ilusões sobre a pretensa distensão política. Torna-se, assim, mais urgente do que nunca ajudar o povo a compreender que a única alternativa para a conquista da democracia passa pela derrubada da ditadura militar, pela luta unida em favor da anistia geral, da abolição dos atos e leis de exceção e da convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita. Estas palavras-de-ordem contidas na Mensagem aos Brasileiros devem ser divulgadas de todas as formas e por todos os meios possíveis a fim de desmascarar o governo de Geisel e unificar as forças democráticas. Ao mesmo tempo, é preciso levantar com entusiasmo a bandeira dos guerrilheiros do Araguaia, sublinhar a necessidade de secundar seu exemplo, prestar-lhes solidariedade efetiva.

Embora a CLASSE OPERÁRIA continua a ser o autorizado porta-voz do Partido, sua tribuna combativa, seu mais difundido órgão de propaganda, os comunistas ainda não lhe prestam todo o apoio que podem e devem. A CLASSE e os jornais clandestinos necessitam refletir com exatidão a realidade, fornecer maior riqueza de informações sobre as lutas do povo. Para isto, cumpre organizar a rede de correspondentes e de colaboradores de nossa imprensa, que hoje é a única capaz de orientar corretamente o movimento popular e ventilar as idéias generosas da liberdade e da revolução.

Em resumo, é preciso transformar o trabalho de agitação e propaganda numa arma poderosa da luta pelos objetivos revolucionários, pela vitória da causa democrática e antiimperialista. Torná-la simples, acessível às massas, com

linguagem clara mas ardente, recorrendo a fatos concretos, fugindo ao relambório. Os militantes e as organizações partidárias das diversas regiões devem dar muita atenção aos problemas das massas, a seus sentimentos e aspirações, falar-lhes em termos apropriados, a fim de que nossas idéias e orientações lhes sejam inteligíveis. Faz-se necessário encontrar novas formas no trabalho de agitação e propaganda, não somente para atuar nos grandes centros urbanos mas sobretudo quando nos dirigimos à gente do campo, a que mais carece de nosso apoio. Não podemos ficar eternamente "amarrados" às dificuldades, quer de falta de aparelhagem quer oriundas da perseguição do inimigo. Embora em nenhum momento devamos subestimar tais dificuldades nem jamais adormecer nossa vigilância, cabe aos comunistas empenhar-se com a maior audácia no trabalho de agitação e propaganda – condição essencial ao avanço da luta antifascista e revolucionária no Brasil.

ESCUTA TODOS OS DIAS

RADIO TIRANA: Das 20 às 21 horas / Das 22 às 23 horas — Ondas de 25 e 42 M.

RÁDIO PEQUIM: Das 19 às 20 horas — Ondas de 25 e 42 M.
Das 21 às 22 horas — Ondas de 19,4 e 32 M.

"Este regime precisa ser liquidado e não "aprimorado"; derrubado e não ajeitado ou adaptado às circunstâncias. Tal a exigência do povo. É também questão de salvação nacional. Sob o governo discricionário, o país marcha para a insolvência, para a completa submissão aos interesses estrangeiros, para a degradação de boa parte da população. Qualquer contemporização com esse regime representa um crime contra o povo e a Pátria"

(Da MENSAGEM AOS BRASILEIROS)